

## NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: disputas e tensões no campo das políticas educacionais

## NEOLIBERALISM AND EDUCATION: disputes and tensions in the field of educational policies

Paulo Henrique da Costa Morais  
(Universidade Estadual de Goiás/PPGE-UEG)

Renata Ramos da Silva Carvalho  
(Universidade Estadual de Goiás/PPGE-UEG)

Valdirene Alves de Oliveira  
(Universidade Estadual de Goiás/PPGE-UEG)

**Resumo:** O presente artigo busca, por meio da abordagem qualitativa, de cunho teórico, refletir sobre o conceito de neoliberalismo. O estudo se dá a partir da pesquisa bibliográfica em autores que fundamentam e propiciam reflexões sobre os nexos entre Estado, sociedade, neoliberalismo, escola, educação, políticas educacionais e formação. Dentre eles, Dardot e Laval (2016), Apple (2003), Dourado (2019). Põe-se em questão a natureza, as finalidades e o sentido do conceito de neoliberalismo tendo em vista as contradições da realidade. Um dos achados do estudo consiste na aproximação e compreensão do conceito de neoliberalismo para além da ideia de agenda política e econômica, quer dizer, diz respeito a uma racionalidade, a uma lógica e forma de conceber, organizar, reproduzir, conservar modos de ser, pensar e agir na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Sociedade. Projeto societário. Formação.

**Abstract:** This article aims, through a qualitative approach, of a theoretical nature, to reflect on the concept of neoliberalism. The study is based on bibliographic research by authors who base and reflect on the links between the State, society, neoliberalism, school, education, educational policies, and training. Among them, Dardot and Laval (2016), Apple (2003) and Dourado (2019). The nature, the purposes, and the sense of the concept of neoliberalism are questioned in view of the contradictions of reality. Two aspects of the study consist in the approximation and understanding of the concept of neoliberalism, in addition to the idea of a political and economic agenda, that is, it refers to rationality, logic, and the way of conceiving, organizing, reproducing, conserving ways of being, think and manage in the capitalist society.

**Keywords:** Society. Collective project. Training.

## INTRODUÇÃO

O presente texto busca refletir sobre o conceito de neoliberalismo, de modo a suscitar reflexões para além de uma agenda política e econômica, ou seja, trata-se de uma realidade

que institui um modo de vida. As políticas educacionais, em particular, não escapam do modo de ser e agir do neoliberalismo, portanto, é imprescindível tê-las em vista neste artigo.

O estudo pretende alcançar, por meio da reflexão teórico-conceitual, elementos fundantes do conceito em questão. Não se trata de um aprofundamento histórico, antes, o estudo se dá por uma tentativa de aproximação conceitual. Assim, exige-se o exercício do olhar crítico, ou seja, um esforço de ver o que é, de compreender a totalidade do neoliberalismo.

A proposta de artigo se deu no âmbito da disciplina de Estado e Políticas Educacionais cursada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas. A disciplina propiciou a leitura, reflexões e discussões de textos fundamentais ao exercício do olhar crítico sobre a temática proposta. Por meio do estudo da temática Estado e as Políticas Educacionais, fomos provocados a examinar as coisas a nossa volta, a ter um olhar atento sobre conceitos, concepções, reformas educacionais, lógicas políticas e econômicas, bem como as relações de poder que concebem e orientam modos de pensar e agir na sociedade capitalista. Assim, questões como: as relações entre público e privado, os nexos entre Estado, sociedade, neoliberalismo, escola, educação, políticas educacionais e formação foram examinados ao longo do trabalho realizado na disciplina.

Nesse movimento do pensamento, chega-se à decisão de buscar a aproximação ao conceito de neoliberalismo, reconhecendo-o como uma lógica política e econômica presente, sobretudo, na contemporaneidade. Portanto, caracteriza-se como uma forma de pensar que orienta e organiza a sociedade como um todo. Desse modo, busca-se em alguns referenciais o aporte teórico do presente estudo, dentre eles, na obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, dos autores Pierre Dardot e Christian Laval (2016); e na obra *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*, do autor Michael W. Apple (2003). Neste texto, não se pretende buscar uma resposta fixa e acabada, mas provocar a reflexão sobre a sociedade como um todo e como se realiza, mesmo que de maneira breve, o movimento social, político, econômico e educacional do neoliberalismo.

## FINALIDADES DO NEOLIBERALISMO

A constituição e o desenvolvimento da sociedade capitalista são marcados por lutas, embates, representações, conflitos e por relações estabelecidas ao longo do tempo que instituem, na maioria das vezes, um modo de compreender e conceber as coisas. Os aspectos da existência humana passam por contínua transformação, conservação e perspectivas que orientam a sociedade consubstanciada por uma concepção de Estado.

Pensar a maneira como o Estado é compreendido e concebido, tendo em vista o movimento histórico, é fundamental no que concerne à busca de ampliar a compreensão sobre as lógicas, perspectivas e relações governamentais realizadas e sustentadas em determinada sociedade. O Estado pode ser concebido por preceitos de justiça, ética, solidariedade e pela defesa do bem comum, mas, por vezes, pode ser usado como um agente que impulsiona, legitima e garante, de certa forma, a criação de uma sociedade composta pela mercantilidade social, econômica, cultural, política e educacional.

Segundo Oliveira (2010), o Estado é um fenômeno social e forte, uma vez que incide na maneira como as coisas se constituem, direta ou indiretamente, na sociedade. A concepção de Estado interfere no funcionamento das instituições sociais, na forma como os sujeitos atuam nos diversos níveis, espaços e esferas, inclusive na finalidade e intencionalidade das políticas educacionais.

Parece correto inferir que não dá para pensar o conceito de neoliberalismo sem antes reconhecê-lo como uma criação humana, ou seja, foi pensado e criado por homens com o intuito de reproduzir e conservar um modo de ser e agir em sociedade. Mais que isso, homens que defendem um projeto societário que põe os humanos em segundo plano. O conceito de neoliberalismo não pode ser pensado dissociado do que constitui a formação e a existência humana, e apesar de não ser o objetivo realizar uma análise histórica, é primordial reconhecê-lo como um conceito histórico. Dardot e Laval (2016) enfatizam que os sujeitos encontram, no neoliberalismo, uma possibilidade para ampliação e consolidação de tais pretensões. Há intensa modificação das ações humanas, na forma de vivenciar a sociedade, nas relações com o outro, haja vista que a instrumentalidade é marca incisiva dessa forma de pensar e conceber a sociedade.

Um impulsionamento mais contundente foi no Reino Unido, entre 1970 e 1990, com a conservadora primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1925-2013) assumindo

políticas liberais. O distanciamento da perspectiva *Keynesiana*, do Estado de bem-estar social, gerou novas relações e formas de conceber as coisas pautadas, especificamente, na lógica do mercado. Thatcher, por assim dizer, inaugurou de modo sistematizado e contínuo a realização da política neoliberal e mostrou que o mercado era o centro dessa política chamada neoliberalismo. Esse empreendimento levou a terríveis crises político-social-econômicas que, ao fim e ao cabo, rendeu-lhe o emblemático título de *Dama de Ferro*.

No entanto, para avançarmos para além do discurso hegemônico nacional e internacional, é fundamental reconhecer que o neoliberalismo é uma criação humana. Assim, vale questionar se essa criação aproxima ou distancia do que se espera de uma vida constituída pela justiça, pela liberdade de pensamento, pela ética, pela autonomia e solidariedade, enfim, pela possibilidade de uma vida digna em vista do bem comum.

O estudo sobre esse conceito alcança a escola e o seu sentido, e é nessa direção que Apple (2003) chama a atenção aos sujeitos que buscam, na escola, um meio de instituir e conservar discursos neoliberais, pressupondo a reprodução de uma lógica que puxa para baixo a formação. A recorrência da formação instrumentalizada passa pela pretensão de formar sujeitos subservientes ao que é posto como pronto e acabado, ao atendimento das operacionalidades, que deslegitimam o pensamento, a reflexão, a crítica. A escola pode, impreterivelmente, contribuir na perpetuação e no fortalecimento de tal lógica, com o intuito de transformar a subjetividade do ser humano a um estado de servilidade do neoliberalismo. Por isso, essa compreensão está para além de uma agenda política e econômica.

[...] é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O entendimento de neoliberalismo como apenas uma agenda política e econômica consistiria num esgotamento de sua natureza, uma incompreensão do movimento neoliberal na sociedade. Neoliberalismo é um pensamento racional, isto é, um modo de pensar, de ser e agir regulado por mecanismos que impulsionam e conservam interesses próprios, que determinam estruturas sociais, bem como a organização e a conduta do ser humano. É uma lógica que, por meio do controle exacerbado dos modos de pensar e agir, vislumbra, anuncia e

expande a predominância do mercado, pondo tudo mais em segundo plano, inclusive os humanos.

As aspirações neoliberais não se contentam em estabelecer apenas conexões governamentais, isto é, em estar somente nos planos de governo. A lógica neoliberal constitui a complexidade do real, ela ofusca, negligencia, deturpa o sentido dos aspectos e bens da humanidade, como é o caso da cultura, da escola, da universidade, da educação e das políticas educacionais em particular.

Esse cenário de mudanças e também de crise do capitalismo — que é transnacional — tem possibilitado o aprofundamento de reformas neoliberais sob o eixo da redução do Estado nas políticas sociais e sua retomada para a expansão do capital, novos formatos e complexificação de processos de privatização, desregulamentação da economia, flexibilização da legislação trabalhista, novos processos de gestão, financiamento, regulação e avaliação. Enfim, vivenciamos, em escala global e com impacto nos contextos nacionais e locais, a naturalização do processo de financeirização cuja lógica, dinâmica e alavanca de poder só contribuem para a reprodução do capital (DOURADO, 2019, p. 3).

O cenário que se apresenta, sobretudo na contemporaneidade, implica reconhecer o poder do neoliberalismo em atuar no fortalecimento de uma correlação de forças que envolve a expansão do capital e a constante e histórica luta de classes, que continua de maneira potencial por diversas vertentes e conotações. A noção individualista e o discurso meritocrático, alguns dos meios utilizados pelo neoliberalismo na tentativa de passar uma falsa ideia de progresso, na verdade, buscam ofuscar sua real face: a manutenção e o impulsionamento das desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. A lógica neoliberal, além de conservar e reproduzir as desigualdades, busca naturalizá-las. Dessa maneira, o individualismo é aceito como realidade indispensável, pois essa conformação reverbera na forma de estruturação e organização da sociedade capitalista.

Segundo Dardot e Laval (2016), é crucial ter em vista as nuances, as representações, os interesses e conflitos em torno dessa lógica, e como fundamentalmente encontra-se na esteira do modo de produção capitalista. Busca, por meio empresarial, estabelecer mecanismos de controle que impedem a construção e o exercício da democracia em sentido amplo, mas busca também, por meio de intencionalidades específicas, omitir as contradições da realidade. Esse trabalho, realizado pelos sujeitos neoliberais, não ocorre de forma linear e dissociada da ação do Estado. Há uma rede de apoio que atua na consolidação de estruturas e

condutas que vigoram no sentido de expansão do poder e do capital como demonstra Lima (2020). Esse movimento de poder marca, historicamente, a sociedade brasileira, de modo que o cerceamento do pensar e do agir coletivamente avança na medida em que lógicas, como o neoliberalismo, intensificam as desigualdades.

Na modernidade, lógicas autoritárias, que instituem mecanismos de exclusão, de opressão, cada vez mais intensificam a desumanização. Fernandes (2016) ressalta que o homem está sendo transformado em instrumento da exacerbação da técnica, da instrumentalidade, subserviente ao controle dos modos de ser, pensar e agir em detrimento do conhecimento amplo, da crítica, da reflexão.

A ação neoliberal não se limita a uma pessoa ou a um grupo específico. Apesar de existirem sujeitos que operam de cima para baixo uma ação mais contundente, como por exemplo as grandes fundações que mexem nas intencionalidades das políticas educacionais, a atuação do neoliberalismo necessita da ação de agentes sob o controle do Estado, que tendem a reproduzir e conservar projetos societário e educacional.

As relações sociais são concebidas de modo que não sejam estabelecidas em vista do bem comum nem por meio da instituição da democracia que assegure uma vida digna. É nessa direção que o neoliberalismo se realiza como uma lógica, um projeto societário que pretende, de forma generalizada, normatizar a conduta não só do Estado, mas também a normatização dos modos de ser, pensar e agir das pessoas, isto é, atuar nos processos de subjetivação como asseveram Dardot e Laval (2016). Os sujeitos passam a ser instrumentos de conservação e reprodução da instrumentalidade, do individualismo, da exclusão, do autoritarismo.

É comum um discurso que propaga o entendimento sobre neoliberalismo como uma agenda que defende a mínima intervenção do Estado. Até certo ponto, trata-se de uma afirmação coerente, mas não pode ser entendida do ponto de vista pragmático, ou seja, é necessário um olhar crítico sobre o que ela revela, mas também o que nega e esconde. Mediante às dúvidas e incertezas, há de se questionar a força e a fraqueza do Estado e, ao mesmo tempo, questionar sua atuação de subserviência ou regulador de determinadas classes sociais. A intervenção mínima do Estado deve ser entendida mais diretamente na dimensão das políticas públicas sociais, quer dizer, o neoliberalismo necessita de um Estado cada vez mais presente e controlador.

Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital

quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 272-273).

Junto às empresas, às fundações, à mídia, à escola, à Igreja, ao processo conservador da modernidade e ao mercado como um todo, as instituições podem ser usadas para atuarem na conservação e reprodução de desigualdades, sustentando-se na tese da concorrência, da naturalização de injustiças e barbaridades que fundam essa lógica. O autoritarismo, a negligência do universal e do particular são aspectos que passam a ser naturalizados na medida em que a existência de desigualdades é considerada uma consequência necessária para a manutenção e organização da sociedade, de certa forma, até um “ideal de justiça”, conforme o discurso da meritocracia.

Nesse sentido, a ação do Estado passa a ser mínima no que se refere às políticas públicas, ou seja, políticas direcionadas a todas as pessoas, especialmente à classe trabalhadora que mais sofre a precariedade e as mazelas do capitalismo. No entanto, a noção de “Estado mínimo”, em muitos casos, está presente apenas nos discursos, na tentativa descarada de impedir o esclarecimento das armadilhas do neoliberalismo, uma vez que essa lógica precisa de controlar o público, o privado, as empresas, a escola, a mídia, a vida humana como um todo.

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo consiste numa racionalidade, uma lógica que busca organizar um Estado regulador que instaura discursos empresariais como indispensáveis à vida humana. No entanto, atua de forma disciplinada a fim de esconder suas próprias contradições, responsabilizando outros setores e sujeitos pelas mazelas sociais, políticas e econômicas.

[...] as políticas neoliberais ainda têm hoje algo parecido com uma aura sagrada, principalmente desde que nos disseram repetidamente que *não* há alternativas que valha a pena considerar. Pode ser imperfeito, mas é o único sistema que chega a ser praticável num mundo governado pelos mercados globais e pela competição intensa (APPLE, 2003, p. 21).



A existência de um processo que busca, de forma velada e naturalizada, esconder as contradições da realidade, conta com a participação de instituições e sujeitos para instaurarem o discurso neoliberal. Um discurso que institui a concorrência, a competitividade, a exploração, a exclusão de determinados grupos sociais, a desumanização, a expansão e a conservação do lucro acima da vida, a precarização do trabalho, a instrumentalização e regulação das coisas humanas.

Sendo assim, para pensar o conceito de neoliberalismo e sua atuação na conduta dos sujeitos em particular, faz-se necessário refletir sobre a conjuntura política brasileira. Apesar de não ser o intuito deste artigo realizar uma análise aprofundada, é uma forma de compreender mais especificamente as nuances de uma lógica que tem intencionalidade, projeto, natureza, sentido e sujeitos atuantes.

Antes, cabe ressaltar que a história da sociedade brasileira, conforme Dourado (2019), é marcada, também, pela luta e defesa da democratização, por um Estado Democrático de Direito, como é o caso da Constituição Federal Brasileira de 1988. Entretanto, essas lutas não se realizam num movimento de interesses comuns em vista da preservação e criação de direitos, visto que o movimento das lutas sociais compõe distintos interesses que são evidenciados ao longo do tempo. Interesses que, muitas vezes, não se articulam a uma concepção de Estado em que os direitos fundamentais do homem são reconhecidos e assegurados, mas, por outro lado, podem envolver interesses particulares de uma classe em detrimento de outra. Daí a constituição da sociedade é fundada por um processo histórico e constante de luta de classes, como evidenciado por Karl Marx. Na esteira dessa reflexão, Chauí (2000) afirma que a sociedade brasileira é marcada pela discriminação, pela violência, pela violação de si e do outro, e que esses atos, na maioria das vezes, são perpetuados de maneira sutil e encoberta. A violência, a manutenção da segregação, o cerceamento de direitos e a banalização da vida são marcas dessa sociedade, do neoliberalismo, que buscam fragilizar a coletividade, o bem comum.

Segundo Dourado (2019), Lima (2020) e outros pesquisadores do tema, há tempos, no Brasil, o neoliberalismo, orientado pelo modo de produção capitalista, é instaurado no país nos diversos contextos. Nos últimos anos, especificamente com o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), houve uma intensificação de políticas neoliberais e neoconservadoras. A luta histórica das classes sociais ganha mais força nesse governo, principalmente por meio da tentativa de expandir o capital e “resgatar” seu poder social –



comprometido, de certa forma, nos governos do Partido dos Trabalhadores/PT –, com vistas à criação de projetos societários e educacionais pela coalização neoliberal e neoconservadora<sup>1</sup>.

A menção ao governo do ex-presidente Bolsonaro permite ampliar a compreensão acerca do conceito em questão e trata-se, também, de uma aproximação crítica ao que está à nossa volta e nos fins da educação em particular.

Nas ações do governo federal, tais imbricações parecem presentes, merecendo, contudo, uma análise a ser aprofundada. O governo Bolsonaro, nessa direção, tem desferido várias sinalizações envolvendo: críticas ao papel e finalidades das universidades públicas, atacando sua eficiência e impondo restrições à sua autonomia; questionamentos sobre conhecimento científico e sobre o papel e finalidades da educação escolar; questionamentos e busca de controle sobre os profissionais da educação (movimentos como lei da mordaza/Escola sem Partido, que avançam nos poderes legislativos e executivos do país); redução drástica de recursos para a educação básica e superior, entre outros (DOURADO, 2019, p. 13).

Essas são algumas das ações do governo Bolsonaro articuladas aos diversos mecanismos que atuam numa correlação de controle e poder. Daí as políticas educacionais e os discursos serem reconhecidos e conservados no governo em questão. Para tanto, Freitas (2012) põe em questão as reformas empresariais da educação, sendo elas um dos aspectos fundantes do neoliberalismo. Desse modo, a escola torna-se propícia para a instauração da racionalidade neoliberal, que ocorre, especialmente, a partir de políticas educacionais, que intensificam a reprodução, a conservação de discursos e reformas empresariais. Essa maneira de conceber as políticas neoliberais decorre da perspectiva do mercado e de um Estado atuante na direção da manutenção de interesses particulares aderindo à ação de empresas, fundações e uma rede de apoio que organiza a escola como um todo.

A escola, em sentido amplo, realiza-se por meio da instituição da reflexão, da crítica, da criação, do desvelamento das contradições do real. A escola deve ser pensada e concebida amplamente em vista do trabalho de formação humana. No entanto, uma sociedade orientada pela lógica neoliberal não se preocupa com a formação em sentido amplo, isto é, a regulação pela concorrência só é possível quando a escola é transformada num modelo empresarial e é

---

<sup>1</sup> Apesar de não ser o objetivo realizar uma discussão sobre o conceito neoconservador, vale destacar brevemente que “o discurso neoconservador, portanto, se estrutura em reação ao estado de bem-estar e o excessivo intervencionismo estatal. Assim como os neoliberais, que atribuíam a responsabilidade sobre a crise econômica dos anos 1960 ao Estado, pois este gastou demais em políticas sociais, os neoconservadores culpavam o Estado pela crise a partir do entendimento de que, por meio da interferência na economia e a promoção de políticas sociais, além de desestimular o trabalho e enfraquecer a produtividade” (LIMA, 2020, p. 46).

regida por fins mercadológicos. Além disso, é contundente a defesa pela efetivação de políticas educacionais que tenham por objetivo expandir o controle, a regulação, a mercantilização e a instrumentalização das coisas. Nesse sentido, vale enfatizar que,

Ao mesmo tempo que o Estado parece estar devolvendo o poder aos indivíduos e a instituições autônomas que estão eles próprios competindo cada vez mais no mercado, o Estado continua forte em áreas-chave. Como já afirmei antes, uma das principais diferenças entre o liberalismo clássico e sua fé em “indivíduos empreendedores” num mercado e as formas correntes do neoliberalismo é o compromisso deste último como um Estado regulamentador (APPLE, 2003, p. 93).

Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo busca um Estado forte e regulamentador, porém, a atuação de um Estado forte será direcionada a uma classe social. É recorrente a projeção de mecanismos de controle nas relações sociais, que institui discursos empresariais, a ideia de que a formação de sujeitos empreendedores é indispensável para a realização de uma escola melhor.

Assim, a instituição do mercado regido pela concorrência – construção desejada e apoiada pelo Estado – foi fortalecida e prolongada por uma orientação que consistiu em “importar” as regras de funcionamento do mercado concorrencial para o setor público, no sentido mais amplo, até que o exercício do poder governamental fosse pensado de acordo com a racionalidade da empresa. Podemos perceber que a expressão “mercado institucional” tornou-se particularmente ambígua com o passar do tempo: não se tratava mais apenas de uma instituição política do mercado, mas, por inversão, de uma *mercadorização da instituição pública* obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais. Desse ponto de vista, o neoliberalismo sofreu uma inflexão prática muito clara, que podemos identificar como uma autorreflexão da lógica da concorrência que o poder público pretendia construir (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 274-275).

Na correlação de forças estabelecida, numa sociedade orientada pela lógica neoliberal, é frequente o impasse entre as relações público e privado. Esse movimento, marcado por interesses, representações e disputas, decorre do discurso empresarial que assola todos os níveis e áreas da sociedade. A questão da concorrência, ao realizar uma distorção do sentido de público, deturpa a natureza da coisa pública como se fosse algo ruim e ineficiente do ponto de vista mercadológico.

Peroni (2013) evidencia que a relação público e privado não é uma questão recente, mas é uma luta histórica dos campos social e educacional. Freitas (2012), Peroni (2013), entre

outros, mostram que os discursos da privatização como um aspecto indispensável para reorganização do Estado e da sociedade, bem como da escola, têm sido usados, também, para que o privado se torne um meio de “salvação” de crises por causa da “imprestabilidade” do público, conforme os “reformadores empresariais” instituem. Desse modo, “as políticas sociais e, em particular, as políticas educacionais materializam esses processos de redefinição do papel do Estado, reorientando a relação entre público e privado” (PERONI, 2013, p. 21). Nos processos de redefinição do sentido de Estado, sobretudo no modo que se dá a relação entre público e privado, há uma lógica imbricada nas discussões, decisões e nas políticas que são criadas.

A superestimação do privado em detrimento do público é algo recorrente e sua difusão se realiza nos projetos societários, políticos, econômicos e educacionais de governos que objetivam o impulsionamento de medidas neoliberais para a ampliação do poder e do capital de uma determinada classe social.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

A finalidade do neoliberalismo não diz respeito apenas a uma agenda política e econômica; não podemos compreendê-lo de forma pragmática, pois é fundamental reconhecer que o aspecto fundante da concorrência conduz o Estado, a sociedade, as instituições e as pessoas, em geral, a um modo padronizado (natureza empresarial) de ser, pensar e agir. Refere-se a um amplo e sofisticado projeto societário que supõe a efetivação do controle. Desse modo, tudo que constitui a existência humana é posto em questão pela perspectiva empresarial, pela defesa da privatização e do discurso de que a coisa pública deve ser conduzida pelo viés mercadológico, com vistas à formação de “sujeitos empreendedores”.

Dessa maneira, o que é considerado especialmente pela filosofia como dimensões necessárias à existência humana, por exemplo, o exercício da justiça, da autonomia e do bem comum, são obstruídas pela ideia de que as vontades individuais devem prevalecer acima da coletividade. Nesse ponto, é importante destacar que não se trata de contrapor as particularidades humanas, pois o que vale para o neoliberalismo não é o conhecimento sobre

si nem mesmo a imprescindibilidade da convivência. Na verdade, o neoliberalismo perpassa a noção da competitividade, independentemente se essas ações negligenciarão a existência do outro e colocarão em risco a continuidade da humanidade. O que é aceitável, para essa lógica, é a ascensão de uma determinada classe social sem ressentimento.

A perversidade no interior dessa lógica não deixa transparecer que o seu modo de conceber as coisas é excludente, violento e desumano. Reveste-se, então, por discursos estratégicos e indutivos, ao se afirmar como uma lógica que pretende impulsionar o progresso social e isso só é possível graças às reformas empresariais. Dessa forma, as pessoas, por meio do senso comum, acabam reproduzindo esses discursos decorrentes de diversos motivos e fatores, por acharem que é o certo. A própria escola, consubstanciada pelas políticas educacionais, participa, direta e indiretamente, na formulação de um entendimento pragmático do neoliberalismo em consequência de uma formação que, em geral, incide na instrumentalização do pensamento e das ações humanas.

Com o apoio do Estado, de empresas, de fundações e da mídia, os reformadores empresariais impulsionam o acordo de políticas educacionais que vão ao encontro das pretensões neoliberais, como ocorre com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a reforma da formação de professores e dos cursos de licenciatura no Brasil por meio de perspectivas instrumentalizadas.

Precisamos perguntar sempre o que as reformas fazem com as escolas como um todo e a cada um de seus participantes, dentre os quais os professores, os alunos, os administradores, os membros da comunidade, os ativistas locais e assim por diante. Para dar uma série de exemplos, à medida que aumenta o número de escolas mercantilizadas “autogeridas” em muitos países, o papel do(a) diretor(a) transforma-se radicalmente. Mais poder, e não menos, é consolidado de fato na estrutura administrativa. Mais tempo e energia são gastos para manter ou melhorar a imagem pública de uma “boa escola” e menos tempo e energia são gastos na substância pedagógica e curricular (APPLE, 2003, p. 92).

Consciente disso, Dardot e Laval (2016) afirmam que, em essência, o neoliberalismo diz respeito à regulação do modo de conceber as coisas e a existência humana por meio da concorrência. Nessa direção, a escola em geral e as políticas educacionais em particular atuam articuladas aos discursos empresariais próprios da lógica neoliberal. A escola, há tempos, tem se distanciado do que se compreende por formação em sentido amplo, uma formação em vista da existência humana mais justa e ética. Cria-se um sentido próprio sobre uma “escola

melhor”, uma padronização de atividades, avaliações e construção de um currículo articulados à lógica do mercado.

As fundações passam a atuar diretamente nas discussões, medidas e, em máxima, assumem concepções de escola, educação, formação e políticas educacionais dissociadas das concepções amplas de formação – uma formação que, essencialmente, atue na elevação do ser humano e da humanidade de maneira indissociável. Na verdade, alinha-se tais realidades às narrativas da meritocracia e da mercantilização da educação, como assevera Apple (2003). Dessa maneira, as políticas educacionais, orientadas pelo neoliberalismo, chegam de cima para baixo sem haver uma discussão mais aprofundada e contundente entre professores, alunos, profissionais da educação, pais e a comunidade em geral.

As orientações curriculares e as diretrizes para a formação de professores, muitas vezes, quando bem analisadas, percebe-se que são dadas como prontas e acabadas. Propaga-se a ideia de que levarão a escola a altos níveis de “desempenho”, trabalhando as competências e habilidades dos alunos a partir de uma formação de professores fundada no pragmatismo, na relativização do conhecimento e na instrumentalização do pensamento.

É importante pensar como a lógica neoliberal, as propostas e as políticas públicas vêm sendo implementadas e, de modo incisivo, deturpam a educação nas últimas décadas, principalmente quando as finalidades da escola passam a ser desviadas por outras perspectivas e intencionalidades. O Estado, o mercado e os sujeitos neoliberais atuam, acima de tudo, na reprodução, conservação da heteronomia e da hegemonia.

O estado maior do capital atua nos processos políticos justamente para assegurar governos afins aos seus propósitos de classe e, assim, garantir os seus objetivos particularistas. O mesmo é verdade em relação aos aparelhos privados de hegemonia dos grupos econômicos (APHe) que atuam no ramo educacional: o objetivo é lograr o maior grau de hegemonia possível sobre o conjunto da sociedade e, necessariamente, sobre os assuntos de Estado em matéria educacional e, por isso, direta ou indiretamente, buscam influenciar os governos para que se engajem na educação em conformidade com os seus objetivos de classe (LEHER, 2021, p. 13).

Nesse sentido, é imprescindível ter em vista que os interesses neoliberais, na educação, buscam instituir políticas educacionais para atender determinada classe social. Essa busca é fomentada por sujeitos neoliberais que investem em governos específicos, desde que tenham projetos alicerçados, principalmente no neoliberalismo, como é comum na conjuntura política e econômica brasileira. O destaque do neoliberalismo num projeto de governo é

apenas uma das marcas dessa lógica, pois, como já foi mencionado anteriormente, o modo neoliberal precisa atingir todas as áreas e níveis da sociedade, mas, acima de tudo, é indispensável um Estado que controle, regule e ajude na mudança dos modos de pensar e agir dos humanos.

O neoliberalismo ganha força e legitimidade exatamente por instituir um olhar restrito no aqui e agora, obstruindo espaços e momentos de reflexão e discussão. Não propicia condições para que as pessoas tomem consciência sobre o que é sua natureza, suas finalidades e sentido, isto é, produz uma realidade opaca e conservada pelas aparências. Caracteriza-se que “o homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). Essa realidade nos provoca a reconhecer a importância da educação e da formação em sentido amplo, a pensar a existência humana. Em consonância com Adorno (1995), uma educação e uma formação que propiciem ao sujeito condições para questionar o que é posto como pronto e acabado, a pensar a totalidade das coisas, a conhecer o que orienta a sociedade e como impacta a existência humana e, consciente disso, tenha condições para construir e exercitar a autonomia, o pensamento livre e a emancipação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou instigar o leitor a pensar sobre o conceito de neoliberalismo, tendo em vista a escola, as políticas educacionais, a educação e a formação nesse movimento complexo e contraditório. Apesar de ser constituído por reflexões iniciais acerca do conceito em questão, o artigo foi fundamentado em autores que investigam o tema e provocam a reflexão sobre o neoliberalismo.

No entanto, o texto buscou alcançar reflexões mais amplas, pois não se restringiu ao conceito em si, mas pôs em questão o que constitui, reproduz e conserva essa lógica, como exemplo, o mercado, o Estado, governos, as instituições, empresas, as fundações, a escola e os sujeitos neoliberais em geral.

Um dos achados do estudo foi a compreensão de neoliberalismo para além de uma agenda política e econômica. Antes, é fundamental compreendê-lo como uma racionalidade, que atua na correlação de forças com o intuito de regular os modos de ser, pensar e agir das pessoas. O mercado institui um Estado empresarial a fim de construir e consolidar uma

sociedade pautada na concorrência, na competitividade, no controle e em políticas que atuem na ampliação do poder e do capital de uma determinada classe social. Dentre as medidas, as políticas educacionais são concebidas como um meio que tem sido utilizado para que a lógica neoliberal influencie diretamente na formação de sujeitos empreendedores.

A busca da compreensão do conceito de neoliberalismo não pode acontecer dissociada da reflexão e do exame crítico das contradições da realidade, uma vez que, para compreender suas finalidades, é fundamental ver o que é, questionar as aparências, conhecer o que o sustenta, conserva, mais que isso, como o neoliberalismo ganha força e novas conotações na conjuntura social, política, educacional e econômica brasileira.

O estudo em questão não pretende apresentar ou defender ideias fixas ou conclusões acabadas, antes, consiste numa busca contínua pela apreensão de conceitos, pela reflexão e exercício do pensamento. O exercício intelectual de reflexão sobre o neoliberalismo não se deu sem que se retomasse, também, as questões referentes ao Estado, à sociedade, à educação, às políticas educacionais, à formação. Nesse sentido, situa-se como exercício intelectual e espiritual sobre si e sobre os aspectos que constituem a existência humana e o conceito de neoliberalismo em particular.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, e0224639, 2019. p. 1-24.



FERNANDES, Marcos Aurélio. Técnica, Pensamento, Paideia: uma meditação cairológica. *In: Coêlho, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (Orgs.). **Universidade, cultura, saber e formação.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 47-86.*

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público da educação. *In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, 2012. p. 379-404.*

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, 2021. p. 9-29.*

LIMA, Paula Valim de. **O projeto educativo da nova direita brasileira:** sujeitos, pautas e propostas. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente.* Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. *In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação.* Brasília: Liber Livro, 2013. p. 9-32.